

Balço Patrimonial em 30 de Junho - (Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo		
Circulante	64.080	7.342	Circulante	17.354	14.687
Disponibilidades	1.932	47	Outras obrigações (Nota 6)	17.354	14.687
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	57.448	-	Fiscais e previdenciárias	14.742	14.057
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.448	-	Negociação e intermediação de valores	139	177
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	4.523	7.107	Diversas	2.473	453
Carteira própria	4.523	7.107	Exigível a longo prazo	25.778	25.135
Outros créditos (Nota 6)	175	186	Outras obrigações (Notas 6 e 7)	25.778	25.135
Negociação e intermediação de valores	139	177	Fiscais e previdenciárias	25.778	25.066
Diversos	36	9	Diversas	-	69
Outros valores e bens	2	2	Patrimônio líquido (Nota 9)	50.587	47.173
Despesas antecipadas	2	2	Capital social	32.019	32.019
Realizável a longo prazo	29.638	79.583	De domiciliados no País	32.019	32.019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	-	51.736	Reservas de capital	2.584	2.584
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	51.736	Reservas de lucros	14.503	11.312
Outros créditos (Nota 6)	29.638	27.847	Lucros acumulados	1.481	1.258
Diversos	29.638	27.847			
Permanente	1	70			
Investimentos	1	70			
Outros investimentos	1	104			
(-) Provisão para perdas	-	(34)			
Total do ativo	93.719	86.995	Total do passivo e patrimônio líquido	93.719	86.995

Demonstração do Resultado em 30 de Junho (Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

	2011	2010
Receitas de intermediação financeira	3.273	2.540
Resultado com operações de títulos e valores mobiliários	3.273	2.540
Resultado bruto da intermediação financeira	3.273	2.540
Outras receitas (despesas) operacionais	(718)	(340)
Despesas de pessoal	(320)	-
Despesas administrativas	(82)	(69)
Despesas tributárias	(162)	(127)
Outras receitas operacionais (Nota 11 a)	716	602
Outras despesas operacionais (Nota 11 b)	(870)	(746)
Resultado operacional	2.555	2.200
Resultado não operacional	(6)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.549	2.200
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(990)	(876)
Provisão para imposto de renda	(739)	(584)
Provisão para contribuição social	(450)	(356)
Ativo fiscal diferido	199	64
Lucro líquido do semestre	1.559	1.324
Quantidade de ações	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$	31,18	26,48

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenção para investimento	Legal		
Em 31 de dezembro de 2009	19.999	2.020	2.584	1.919	19.327	45.849
Aumento de Capital (Nota 9)	12.020	(2.020)	-	-	(10.000)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.324
Destinações	-	-	-	66	-	(66)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2010	32.019	-	2.584	1.985	9.327	47.173
Em 31 de dezembro de 2010	32.019	-	2.584	2.078	12.347	49.028
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.559
Destinações	-	-	-	78	-	(78)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2011	32.019	-	2.584	2.156	12.347	50.587

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais, exceto onde indicado)

1. Contexto operacional - A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis do J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas pela Administração em 17 de agosto de 2011. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(f) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(g) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(h) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/2009. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de

realização, em 30 de junho de 2011, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(g) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 57.448 (2010 - R\$ 51.736) com vencimentos em janeiro de 2012 (2010 - janeiro de 2012).

5. Títulos e valores mobiliários

a) Classificação e composição da carteira

Títulos para negociação	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado	
			2011	2010
Carteira própria				
• LFT	4.523	-	4.523	7.107
Total da carteira de TVM	4.523	-	4.523	7.107

(b) Composição por prazos de vencimentos

Carteira própria	De 4 a 12 meses		De 1 a 3 anos		Total
	2011	2010	2011	2010	
Carteira própria	-	-	4.523	4.523	4.523
Total 2011	-	-	4.523	4.523	4.523
Total 2010	-	-	-	7.107	7.107

6. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por depósitos em garantia no montante de R\$ 24.868 (2010 - R\$ 23.470) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.785 (2010 - R\$ 4.314). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", refere-se, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 935 (2010 - R\$ 631) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 39.585 (2010 - R\$ 38.492) (nota 7 (a2)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". **7. Passivos contingentes e obrigações legais** - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quando judiciário. Por ocasião desta revisão e do processo de adesão à Anistia, no último trimestre de 2009 foram revertidos valores que estavam provisionados, mas que já tinha operado o período de decadência tributária, bem como foi constituída provisão complementar relativa ao caso (iii) acima, conforme apresentado em 7a.2. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2011	2010	2011	2010
Fiscais e previdenciárias				
- obrigações legais	24.868	23.470	39.585	38.492
Total	24.868	23.470	39.585	38.492

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias Obrigações Legais - 2011		Total 2010
	2011	2010	
Saldo inicial	38.650	37.722	37.722
Despesas financeiras - juros	855	653	653
Constituições	152	117	117
Reversões	(72)	-	-
Saldo final	39.585	38.492	38.492

A Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 17 de agosto de 2011

pwc
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

Marianthe Gabriades - Contadora CRC 1SP185296/O-0